



Foto: Antonio Scarpinetti

Do professor Elísio Estanque: "O Brasil deve apostar com urgência na melhora rápida da educação pública"

PAULO CESAR
pncocom@

As novas relações trabalhistas e sindicamento e profissionalização de forças de trabalho são temas que integram dois extensos projetos de estudos de Paulo Cesar dos estudos estão os professores portugueses

Sociólogo e docente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Paulo Cesar atua junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais e de Economia do Trabalho (Cesit) da Universidade Nova de Lisboa. Ele representa a continuidade de colaborações anteriores e dedica há mais de duas décadas em Portugal e Europa da reflexão que se realiza no Brasil em temas de desenvolvimento econômico e social.

Antropóloga social e pesquisadora no Instituto de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa (ICS/UL), Susana desenvolve seu trabalho no âmbito de um projeto de investigação realizado em Portugal e no Brasil, tendo desenvolvido uma série de projetos sobre temas associados à segurança e ordem pública, movimentos sociais e migrações de portugueses como brasileiros. Nestas entrevistas, ela discute temas que permeiam o conteúdo de suas pesquisas.

‘Para continuar a ser referência, a Europa precisa se reinventar’

Jornal da Unicamp – O senhor tem analisado questões como a recomposição do emprego e a fragilidade do Estado de bem-estar na conjuntura da crise europeia. Que reflexões podem ser feitas sobre essa realidade e o atual momento do Brasil nas áreas trabalhista e social?

Elísio Estanque – No que diz respeito ao que na Europa chamamos o “Estado social”, diria que enquanto no velho continente estamos em clara regressão, no Brasil as coisas evoluíram para melhor desde o início do novo milênio, essencialmente devido aos programas sociais dos governos do PT. Mas, embora reconhecendo todo o potencial do Brasil e sem esquecer a imensidão do seu mercado interno, nem a economia brasileira nem os chamados BRICs podem ser pensados fora do quadro da economia global, na qual os EUA continuam, apesar de tudo, a ter supremacia. A Europa, se conseguir resistir a esta crise sem abdicar do seu projeto democrático e federalista [União Europeia], terá de saber tirar as lições do seu passado, quer do passado colonial quer da sua lógica de “fortaleza” perante os continentes do Hemisfério Sul. Creio que para continuar a ser uma referência para o mundo e para as classes trabalhadoras, a Europa precisa se reinventar tanto no plano político e institucional como no que tange à sua estratégia de desenvolvimento socioeconômico.

No caso de Portugal e de Espanha, por exemplo, entendo que – com ou sem moeda única, com ou sem União Europeia – ganhariam em estreitar e consolidar as relações bilaterais com o Brasil e a América Latina. O Brasil, em concreto, tem um enorme potencial e margem de progressão a requerer um bom diálogo com a Europa, mais do que com os EUA, para enfrentar com sucesso seus desafios. Para mim, os mais urgentes são a consolidação do Estado de direito (uma justiça limpa e eficaz), a requalificação das políticas públicas (sistemas de saúde e de educação públicas de qualidade) e a aposta na inovação científica e tecnológica – na qual os ganhos de produtividade sejam conjugados com a dignificação do trabalho e o combate às desigualdades sociais.

Mas para que tais desígnios sejam consistentes e possam fazer do Brasil um caso exemplar é decisivo que as estratégias de desenvolvimento sejam capazes de enfrentar as poderosas forças – sobretudo econômicas – dispostas a tudo para impedir o triunfo desse projeto e neutralizar o direito da classe trabalhadora brasileira a um estatuto realmente digno, orientada para uma sociedade mais coesa, equilibrada e que ofereça uma melhor qualidade de vida a todos os cidadãos.

É necessário um projeto assentado no equilíbrio entre desenvolvimento industrial e sustentabilidade ambiental. De resto, se concordamos que tal objetivo só pode ser alcançado em democracia, é fundamental que as instituições e o governo percebam que somente com a mobilização e a participação ativa da sociedade civil e dos movimentos sociais poderemos caminhar nesse sentido.

JU – A globalização também passou a exercer pressão e influência sobre o ensino superior. A resposta da Europa a esse processo ficou conhecida como o “modelo de Bolonha”. Essa iniciativa trouxe os resultados esperados?

Elísio Estanque – O chamado “modelo de Bolonha”, criado na sequência de um conjunto de princípios acordados por ministros e reitores de mais de 40 países europeus, continha na sua origem alguns aspetos que eram louváveis, pelo menos no espírito que esteve presente nesses encontros. Entre eles o reconhecimento das credenciais académicas desde que cumpridos certos requisitos, como sejam o sistema dos ECTS (sistema europeu de transferência de créditos curriculares) visando à criação de um espaço europeu aberto que facilitasse a mobilidade de estudantes e o reconhecimento das qualificações pelo mercado de emprego europeu.

Para além disso, resultou daí uma maior aposta no acesso “massificado” dos jovens ao ensino superior, o que derivou para um padrão “simplificado” (com menor carga horária) em sua formação no nível de graduação, ou seja, o chamado 1º ciclo cujos programas passaram a limitar-se apenas a três anos letivos, excetuando os casos do Direito, Medicina e Arquitetura, nos quais as respetivas “Ordens” impuseram as suas condições, enquanto as pós-graduações, mestrados (2º ciclo) e doutorados (3º ciclo), se começaram a generalizar.

A orientação de Bolonha, que apontava para uma maior proximidade e abertura entre as universidades e a sociedade mais geral, inclusive o tecido empresarial, também pareceu inicialmente promissora, em especial se observarmos que as universidades europeias se burocratizaram imensamente nos últimos 60 anos e permaneceram fechadas numa certa cultura elitista, herdada de seu passado medieval. O maior problema deste modelo e, creio eu, a razão que o tem levado a uma preocupante perversão dos seus desígnios iniciais, deve-se a que sua implementação no terreno coincidiu com a chegada da crise e a ascensão do neoliberalismo econômico.

Sob a batuta do Banco Mundial e das grandes instituições dominadas pelos EUA, o sistema de ensino superior vem privilegiando uma lógica mercantilista e consolidando uma estratificação no sistema universitário internacional cujos critérios, guiados por sistemas métricos e quantitativistas de avaliação, favorecem em particular o modelo americano de ensino superior.

Na Europa, as universidades públicas debatem-se cada vez mais com cortes no financiamento público. Despojadas de meios e de recursos são forçadas a usar os pagamentos de mensalidades – as chamadas “propinas”, em Portugal –, garantidos pelos estudantes e suas famílias, principalmente nas pós-graduações, como a solução que restou para suprir os sucessivos cortes orçamentais impostos pela política de austeridade que hoje incide violentamente sobre os países do sul da Europa.

JU – Em sua opinião, que aspectos relacionados às políticas brasileiras para o ensino superior deveriam merecer atenção? O Brasil

também precisa repensar o modelo de atuação de suas universidades públicas em uma sociedade em transformação?

Elísio Estanque – Sem dúvida, a educação e a tecnologia são a chave do desenvolvimento em qualquer país. Por isso, como já referi, o Brasil deve apostar com urgência na melhora rápida da educação pública. Não ignoro que os progressos nesse campo já são enormes. Mas a universidade pública brasileira só poderá tornar-se o motor do desenvolvimento se, num prazo não muito longínquo, a maioria dos seus estudantes for recrutada entre aqueles que frequentaram escolas públicas no ensino médio. O sistema educativo tem de ser pensado como um todo articulado.

É claro que a formação educacional e a consolidação democrática do Brasil terão de passar por uma maior abertura da universidade pública às classes trabalhadoras e às minorias raciais. Importa para isso ampliar as medidas em curso de “discriminação positiva” e também uma redefinição do papel da universidade, quer no plano da formação científica e tecnológica, quer no campo das ciências sociais e humanas.

O que para mim é preocupante é constatar que as universidades, apesar da “excelência” de muitas delas, são cada vez mais remetidas para um papel subalterno – quando não completamente ignoradas e até asfixiadas financeiramente, como na Europa – em vez de serem chamadas a contribuir para o pensamento crítico, para a inovação e a formação cultural e cívica das atuais gerações. O ensino superior – público e privado – sofre também os impactos destrutivos do mercantilismo desenfreado que vem minando todos os campos da nossa vida coletiva e institucional. Apesar disso, tenho verificado ao longo do ano corrente que, no Brasil, o espaço de debate e de reflexão teórica nos departamentos universitários é bastante mais vivo e intenso do que na Europa. Os grupos a que estou ligado aqui na Unicamp – o Cesit/Instituto de Economia e o IFCH/Sociologia – são exemplos de ambientes académicos onde a pesquisa e a análise científica se conjugam bem com a reflexão e ação prática da universidade por meio de projetos comunitários e junto à sociedade no seu conjunto.

JU – O senhor também tem como objeto de estudos a classe média. Qual é o conceito que melhor define hoje esse estrato social? Que mudanças estão em curso nesse segmento e que consequências poderão ter para o conjunto das sociedades europeia e brasileira?

Elísio Estanque – Eu penso que aqui no Brasil se fala demasiado de “classe média” sem se esclarecer o que significa este conceito. Sociologicamente, a classe média não pode ser definida nem simplistamente com base em níveis de renda – a base dos mil e poucos reais e melhoras no consumo não chegam, quando esse consumo continua a responder apenas a necessidades primárias da classe trabalhadora –, nem com base no preconceito normativo e moralista de uma suposta classe média individualista, consumista e alienada na sua própria subjetividade pseudo-elitista.

A primeira definição é típica dos ideólogos neoliberais e mentores do marketing financeiro, enquanto a segunda é típica de

setores intelectuais de classe média que se renegam em sua própria condição. A dita “classe média” não é uma classe no sentido de força política ou sujeito coletivo, mas, objetivamente, agrupa diversos segmentos que têm em comum: 1) a posse de um certo capital educacional/cultural, acima da base; 2) um estatuto profissional relativamente qualificado; e 3) um salário que eu aqui no Brasil definiria acima da base dos três salários mínimos.

Da conjugação desses fatores resulta não uma “classe média” homogênea, que não existe nem nunca existiu. Entre a classe trabalhadora manual e as elites há diferentes conjuntos cujas atitudes, comportamentos e estilos de vida variam em função não apenas da quantidade desses recursos, mas sim do modo como eles se combinem entre si. Por exemplo, tendo a pensar – seguindo aqui o sociólogo francês Pierre Bourdieu – que os grupos em que os recursos educacionais e culturais elevados se conjugam com recursos econômicos escassos tendem a estimular orientações mais “sociocentradas”, com maior sentido crítico e sensibilidade social, enquanto os grupos que controlam elevado patrimônio e capital econômico, mas com poucos recursos culturais e educacionais, tendem a desenvolver comportamentos mais centrados no dinheiro, na ambição material e são mais individualistas – é o fenômeno do “novo-riquismo” já estudado pelos clássicos desde meados do século XIX.

Frequentemente esses diferentes setores desenvolvem entre si múltiplas formas de usurpação ou demarcação em seus modos de vida. Com base em tais premissas, podemos concluir que nos países europeus os efeitos conjugados da inovação tecnológica, o projeto do Estado previdência e a democratização do acesso à educação, as oportunidades de acesso a um emprego estável e qualificado oferecidas a sucessivas gerações, principalmente as que nasceram no pós-guerra, a construção de um sistema público de saúde gratuito, a garantia de uma aposentadoria condigna, etc., abriram espaço a uma classe média assalariada, que, em boa medida, floresceu à sombra do Estado.

Hoje, perante a presente crise e o iminente desmanche do Estado social, estes setores da classe média estão ameaçados, vivem a angústia do declínio e o risco de proletarianização. Tendem a rejeitar os agentes políticos – governos, partidos, sindicatos, etc. – considerados responsáveis pelo fiasco do projeto europeu. No Brasil todo esse processo é ainda incipiente, mas já está sendo marcado por uma “narrativa”, a meu ver demasiado eufórica em torno do “país de classe média”. Acredito que se trata de uma miragem, de uma ficção descolada da realidade, mas que se mostra muito conveniente para a propaganda dominante e para os artífices do crédito fácil, do “compre agora e pague depois”...

Leia a íntegra desta entrevista em:
<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/584/para-continuar-ser-referencia-europa-precisa-se-reinventar>